

Tópicos de mudanças da RDA: percepção dos catalogadores da Universidade Federal de Minas Gerais

Paulo Marcelo Carvalho Holanda
Cíntia de Azevedo Lourenço

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais

ORIGINAL

Abstract

Objetivo. Apresentar as principais percepções dos catalogadores das bibliotecas da UFMG referente a essas mudanças de regras e apontar os pontos forte e fracos destas percepções.

Método. Caracteriza como aplicada, de investigação de abordagem científica no processo de descoberta indutiva, de objetivos exploratórios e descritivos e aspectos de métodos mistos, que combina ou associa as formas qualitativas e quantitativas. Utilizou-se como instrumento para coleta de dados a entrevista semiestruturada e para a análise de dados a abordagem de análise de conteúdo.

Resultados. Apontam para a pouca familiaridade dos catalogadores referentes as mudanças da RDA sobre a percepção dos tópicos de elementos essenciais para descrição, transcrição RDA versus AACR2, terminologias e abreviações, substituição de campos MARC 260 pelo campo 264, designadores de relacionamento e substituição da DGM.

Conclusões. Os catalogadores das bibliotecas do sistema de bibliotecas da UFMG sobre a norma RDA, efetivamente, demonstraram que ainda não estão percebendo bem essas mudanças de regras da RDA, sendo necessário o conhecimento das regras e as mudanças propostas por elas, além de apontarem para a necessidade de aprendizagem e estudo continuado da norma, e pela demonstração prática do seu funcionamento.

Palavras-Chaves

AACR2; Catalogação; MARC 21; Mudanças da RDA; Resource Description And Access – RDA, Universidade Federal de Minas Gerais

Topics of change in the RDA: perception of catalogers at the Federal University of Minas Gerais

Abstract

Objective. Present the main perceptions of UFMG library catalogers regarding these changes in rules and point out the strengths and weaknesses of these perceptions.

Method. It characterizes as applied, of investigation of scientific approach in the process of inductive discovery, of exploratory and descriptive objectives and aspects of mixed methods, that combines or associates the qualitative and quantitative forms. The semi-structured interview was used as an instrument for data collection and the content analysis approach was used for data analysis.

Results. They point to the catalogers' lack of familiarity regarding the RDA changes on the perception of essential elements topics for description, RDA transcription versus AACR2, terminologies and abbreviations, replacement of MARC 260 fields by field 264, relationship labels and replacement of the DGM.

Conclusions. The catalogers of the libraries of the UFMG library system on the RDA standard, effectively, demonstrated that they are still not well aware of these changes in the RDA rules, requiring knowledge of the rules and the changes proposed by them, in addition to pointing to the need of continuous learning and study of the standard, and the practical demonstration of its operation.

Keywords:

AACR2; Cataloguing; Changes on the RDA, Federal University of Minas Gerais Resource Description And Access - RDA; MARC 21

1 Introdução

A história da catalogação nos mostra que em diferentes épocas buscou-se registrar as informações de acordo com as tecnologias presentes em cada momento do seu tempo, independente do suporte, como em tábulas de argila, papiros, pergaminhos, nos livros, periódicos, e mais atualmente em páginas ou sites da web, com o intuito de depois recuperar e utilizar essas informações registradas para algum fim determinado. Nos mostra também como evoluíram os conceitos, as técnicas, regras, normas para elaborar melhor os pontos de acessos para registros de determinados recursos bibliográficos.

A biblioteca desde a antiguidade aparece como instituição guardiã do legado informacional da humanidade procurando fornecer o acesso adequado a qualquer tipo de informação para seu público e sempre se adaptando evolutivamente as novas tecnologias de ponta e os novos ambientes informacionais, em decorrência da rápida desatualização de tecnologias passadas. Essas novas tecnologias fizeram com que os catálogos das bibliotecas evoluíssem também, aprimorando, assim, os processos técnicos de registros de recursos feitos pelos catalogadores e agilizando de maneira efetiva o intercâmbio de dados, compartilhamento, recuperação e acesso da informação pelos usuários.

A transição do antigo Código de Catalogação Anglo-Americano, AACR2R, para a atual norma, a RDA, anuncia grandes mudanças no processo de catalogação, juntamente com o formato MARC 21, e propõe uma nova maneira de representar os recursos informacionais.

A adoção da RDA já é uma realidade nos países membros do comitê que participou do seu desenvolvimento, e em grande parte em outros países que começaram a pensar essa implementação. Antes mesmo do lançamento da RDA oficialmente em 2010 por meio da ferramenta RDA Toolkit, a Comitê Diretor para o Desenvolvimento da RDA (JSC) composta pela Austrália, Canadá, Grã-Bretanha e Estados Unidos, já haviam realizado estudos de percepção em suas bibliotecas para traçarem um plano de implementação da nova norma RDA, inicialmente, a partir de suas bibliotecas nacionais e consequentemente levada para outras bibliotecas acadêmicas, públicas e escolares como mencionados abaixo:

Desde o lançamento oficial da norma RDA em 2010, até o momento, apenas duas bibliotecas no Brasil implementaram a norma. As bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul (UCS), que optaram somente pela implementação da RDA nos registros de autoridade, e iniciaram seus primeiros contatos com a Library of Congress em 2012, e a Biblioteca Central da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS), que iniciou sua implementação tanto dos registros bibliográficos como dos de autoridade em dezembro de 2015 e finalizando o processo em maio de 2016.

A RDA além de ser uma norma totalmente estruturada em uma base de dados online, traz consigo temas de extrema relevância e atuais para a ciência da informação e para a biblioteconomia como a construção de dados bem formulados, o conceito de Linked data ou dados ligados entre si, propostos por Tim Berners-lee, juntamente com o contexto de arquitetura na web semântica e da web de dados.

O tema aponta como uma mudança relevante na estrutura de como se registrar um material e descrever seus pontos de acesso em uma base conceitual totalmente voltada para o relacionamento dos dados de modo que o usuário possa executar mais eficientemente suas tarefas de busca.

Dentre um dos pontos positivos deste artigo, aborda-se, o contexto de trazer, a visibilidade sobre as mudanças e expectativas advindas da norma para os catalogadores e a possibilidade de pôr em pauta a discussão de um tema de grande importância na atualidade para a prática de catalogação, para a gestão das bibliotecas e principalmente para o atendimento aos usuários.

Este artigo apresenta parte dos resultados da dissertação intitulada “Percepção da RDA pelos catalogadores para implementação nas bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais”¹. Na pesquisa original, defendida em 2020, foi desenvolvida uma análise de conteúdo, sendo construídas categorias e subcategorias, derivada da entrevista com os catalogadores que objetivou investigar a atual realidade de percepção dos catalogadores dos

¹ Acesso em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/34283>

setores de processamento técnicos das unidades de bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais em face à nova da norma de catalogação, bem como, a visão geral da norma, sua compreensão das mudanças nas instruções para descrição de dados dos recursos, seu contexto internacional, sua conscientização das estratégias para preparar a implementação da RDA, a familiaridade com os tópicos da RDA e os modelos que a compõe.

2 Revisão de literatura

Para uma melhor compreensão do cenário sobre a norma RDA, e também para dar um suporte adequado a esse artigo, é importante que alguns conceitos sejam esclarecidos de uma forma consistente. Assim, nas seções a seguir serão abordados um pouco da história e dos conceitos de catalogação, a norma RDA, suas características e os tópicos de mudanças propostas para a RDA.

2.1 Catalogação

A catalogação é o “estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários”, atua na descrição, como subsídio para a organização informacional (MEY, 1995, p. 05).

Dentre umas das funções ou especificações do profissional biblioteconômico, está a organização, o tratamento e a disseminação de conhecimentos registrados para seu público de usuários. A prática da catalogação consiste em um conjunto de informações que representam um registro do conhecimento, implicando no levantamento das características desse registro e a cognição das características do usuário.

No início do século XVI surge um catálogo classificado e que incluía também um índice alfabético de autor: o catálogo do mosteiro Syon, na Inglaterra. No mesmo país, o catálogo do convento de Bretton, em Yorkshire, de 1558, introduz nos registros os nomes dos editores e tradutores das obras (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 66).

Segundo Mey e Silveira (2009, p. 67), o século XVII traz alguns avanços significativos, o professor Sir Thomas Bodley², ofereceu-se, em 1598, para promover a reconstituição da biblioteca da Universidade de Oxford que estava praticamente abandonada. Bodley criou um código minucioso de catalogação. Entre outras normas, indicava o arranjo sistemático, com índice alfabético organizado pelo sobrenome dos autores, e incluía as entradas analíticas.

No início do século XVIII os catálogos eram vistos mais como listas simplificadas do que como inventários. Algumas práticas se impuseram: catálogos classificados ou alfabéticos, embora alguns ainda permanecessem organizados pelo tamanho dos livros; os índices eram considerados úteis, embora não indispensáveis; os nomes dos autores vinham pelo sobrenome, embora ordenados cronologicamente, a página de rosto adquiriu algum prestígio, sendo os títulos transcritos literalmente; incluíram-se dados de publicação e notas de ‘encadernamento com’; as remissivas tornaram-se de uso comum, assim como algumas entradas analíticas (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 68).

O século XIX caracteriza-se por fatos notáveis na história da catalogação, com trabalhos de grande importância e muita influência na prática moderna de catalogação. Bibliotecários e estudiosos de outras áreas publicavam então inúmeros estudos a favor ou contra os catálogos alfabéticos e classificados. Segundo Fiuza (1987):

O ano de 1831 representa um marco significativo na história da catalogação, pois foi quando o Museu Britânico contratou Antônio Panizzi³, advogado por profissão, anarquista por ideologia, refugiado político italiano, como bibliotecário assistente. Panizzi foi encarregado de coordenar os trabalhos de revisão do catálogo da biblioteca daquela instituição. Depois de 4 anos de discussões perante a comissão

² Sir Thomas Bodley (02 de março de 1545 - 28 de janeiro de 1613) foi um Inglês diplomata, estudioso, colecionador de manuscritos medievais que fundou a Biblioteca Bodleian, em Oxford.

³ Sir Antônio Genesio Maria Panizzi (16 de setembro de 1797 - 8 de abril de 1879), mais conhecido como Anthony Panizzi, era um bibliotecário britânico naturalizado de nascimento italiano e um patriota italiano. Ele foi o bibliotecário principal (ou seja, chefe) do Museu Britânico de 1856 a 1866.

encarregada de aprovar o novo catálogo, Panizzi conseguiu sua aceitação e apresentou suas famosas 91 regras, que foram publicadas em 1839, denominadas Rules for the Compilation of the Catalog: Catalogue of Printed Books in British Museum (Regras para a Compilação do Catálogo: Catálogo de Livros Impressos no Museu Britânico, onde está contida a sua ideologia sobre a catalogação) (p.46).

Em 1850, Charles C. Jewett⁴ teve seu código aceito. Este código continha 33 regras e foi elaborado para o catálogo do Smithsonian Institution, nos Estados Unidos. No prefácio, reconhecia seu débito para com Panizzi e suas regras. Alguns preceitos de Jewett, em especial no tocante a cabeçalhos de responsabilidade e obras anônimas, até, hoje são seguidos (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 70).

Segundo Fiuza (1987, p. 47), muitas das técnicas modernas da catalogação originaram das sugestões de Jewett. Ele idealizou um sistema de reprodução de fichas por meio de placas estereotipadas de cobre para dar maior flexibilidade ao catálogo, bem como permitir maior cooperação entre as bibliotecas. Suas ideias para um catálogo coletivo nacional, expostas na Conferência dos Bibliotecários Americanos, em 1853, constituíram a base de muitos serviços de catalogação cooperativa e centralizada.

Charles Ammi Cutter⁵ publicou suas Rules for a Dictionary Catalog (Regras para um catálogo dicionário). Cutter não elaborou apenas um código de catalogação: sua obra é na verdade uma declaração de princípios. As regras são entremeadas com os porquês das soluções e com observações diversas, às vezes irônicas. De fácil leitura, constitui um código muito completo, incluindo a catalogação de assuntos e de materiais especiais, normas de transliteração e elaboração de catálogos auxiliares.

O primeiro evento no sentido da normalização internacional foi a Conferência Internacional sobre os Princípios de Catalogação, organizada pela ALA e pela LC em Paris, no ano de 1961. Barbosa (1978, p. 41) menciona a Conferência de Paris, de 1961, como é conhecida a International Conference on Cataloguing Principles (Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação), como a precursora da normalização das entradas (mais tarde pontos de acesso) e cabeçalhos das obras existentes e passíveis de serem catalogadas.

Após a conferência de Paris vários códigos de catalogação surgiram, e entre eles, o Anglo-American Cataloging Rules (AACR), em sua primeira publicação, em 1967, sua segunda edição em 1978, a AACR2, que foi traduzida no Brasil pela FEBAB (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários) de 1983 a 1985. Em seguida o AACR2, sofreu uma atualização, dando origem a uma segunda edição revisada, as AACR2R, em 1988 e várias emendas e revisões até 2005. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 78).

De acordo com Oliver (2011, p. 46), o AACR foi originalmente elaborado num ambiente de materiais majoritariamente impressos e de catálogos em fichas, tornando-se um conjunto de regras internacionais que subsidiam o tratamento da informação, as quais visam à representação da informação por meio da elaboração de descrições bibliográficas para atribuição dos pontos de acesso, cabeçalhos de pessoas, localizações geográficas e entidades coletivas, como também de títulos uniformes e remissivas.

O AACR2R foi revisado em 2002, pelo Comitê Internacional, denominado Joint Steering Committee for Revision AACR (JSC), com representantes das instituições: American Library Association; Library of Congress; Australian Committee on Cataloguing; British Library e Canadian Committee on Cataloguing, responsáveis pela revisão e implementação do AACR2 (OLIVER, 2011, p. 54).

Entretanto, com as mudanças ocorridas na sociedade e com a influência das TIC's, houve a necessidade de outra revisão do AACR2R em 2004, pelo Joint Steering Committee for Revision of AACR (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 90)

A década de 60 é marcada também pelo desenvolvimento dos recursos computacionais. A Library of Congress, a partir de 1960, iniciou estudos para elaboração de um formato que transformasse as informações escritas em

⁴ Charles Coffin Jewett (12 de agosto de 1816 - 9 de janeiro de 1868) era um bibliotecário americano, em 1848 tornando-se o bibliotecário e secretário assistente da Smithsonian Institution antes de ser nomeado superintendente da Biblioteca Pública de Boston em 1858. Nasceu no Líbano, Maine

⁵ Charles Coffin Jewett (12 de agosto de 1816 - 9 de janeiro de 1868) era um bibliotecário americano, em 1848 tornando-se o bibliotecário e secretário assistente da Smithsonian Institution antes de ser nomeado superintendente da Biblioteca Pública de Boston em 1858. Nasceu no Líbano, Maine

um catálogo manual para um automatizado. Destes estudos resultou o formato MARC, “[...] acrograma para Machine Readable Cataloging (Catalogação Legível por Computador)”, conforme Barbosa (1978, p. 199), que foi adotado por bibliotecas em suas bases de dados.

2.2 A norma RDA (Resource Description and Access)

Com as mudanças influenciadas pelas TICs, as quais proporcionaram a expansão dos ambientes digitais e, consequentemente, o desenvolvimento de novos suportes e formatos de recursos informacionais, mostrou-se necessário uma revisão do AACR2R em 2004, para adequá-lo a essa nova realidade informacional. Essa revisão foi gerenciada, pelo Joint Steering Committee (JSC), e propunha uma nova edição do AACR2R, o AACR3, com consideráveis mudanças. No entanto, tais mudanças foram tão abrangentes que levou a JCS em 2005, iniciar o desenvolvimento de uma nova norma que, chamaram de RDA (MEY; SILVEIRA, 2009, p.90).

A RDA foi desenvolvida em um processo colaborativo entre quatro países (Austrália, Canadá, Grã-Bretanha e Estados Unidos), liderados pelo Joint Steering Committee for Development of RDA – JSC (Comitê Diretor para o Desenvolvimento do RDA). O JSC é composto por representantes de seis grandes comunidades de catalogação anglo-americanas, a American Library Association (ALA), o Australian Committee on Cataloguing (ACOC), a British Library (BL), o Canadian Committee on Cataloguing (CCC), o Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP), e a Library of Congress (LC) (CAVALCANTI, 2013, p. 53).

A Resource Description and Access (RDA) é a nova norma de catalogação que irá substituir as Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition (AACR2R). Apesar de manter uma forte relação com as AACR2R, a RDA difere em muitos aspectos, devida sua construção ter sido baseada numa estrutura teórica, e ter sido projetada para o ambiente digital, além de seu escopo ser mais abrangente do que o do AACR2R (OLIVER, 2011, p. 01).

Dentre um dos grandes diferenciais da RDA, que a distingue das demais normas de catalogação, está a sua abrangência. Ela é uma norma que não se destina somente as bibliotecas, mas tem seu escopo ampliado para atender as necessidades de outras comunidades de informação. A RDA possibilita a descrição de todos os tipos de recursos, sejam eles tradicionais das bibliotecas ou recursos de outras comunidades ligadas ao patrimônio cultural, como arquivos, museus ou repositórios institucionais.

A estrutura da norma RDA foi desenvolvida paralelamente a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação de 2009, e por isso mantém um forte alinhamento entre eles, que se comprova no rascunho da introdução da RDA, divulgado em novembro de 2008, onde “[...] consta as Declarações de Princípios e informa os princípios de catalogação usados em todo o RDA”. [...] “Isso faz com que o novo código procure satisfazer as expectativas da comunidade internacional”. (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2009, p.3-4).

2.3 Tópicos de mudança da RDA

As instruções do RDA declaram alguns elementos como obrigatórios. Esses elementos fornecem um núcleo básico para um registro bibliográfico, que são pedaços essenciais de informação necessários para que os usuários encontrem, identifiquem e selecionem recursos. Além desses, a RDA designa outros elementos como opcionais. Esses elementos são considerados importantes no RDA somente se for uma aplicação em uma situação particular. Os elementos opcionais fornecem um segundo nível de dados, apoiando tarefas do usuário em situações em que as informações não estão disponíveis no primeiro nível obrigatório (MERING, 2014, p. 41, tradução nossa):

Instituições individuais podem decidir quais elementos são obrigatórios na RDA por serem de fato, essenciais para ajudar seus usuários a identificar e selecionar os materiais. Por exemplo, o elemento título principal é obrigatório na RDA, enquanto outra informação do título (como um subtítulo) continua a ser opcional. Sua biblioteca pode decidir seguir a prática da LC-PCC⁶ para registrar outras informações do título, ou pode criar sua própria política local (p. 41, tradução nossa)

⁶ O Programa de Catalogação Cooperativa (PCC) busca ser uma organização democrática e diversificada, cuja missão e objetivos são determinados por seus membros. Os membros governam os programas através da participação em eventos do programa, comitês permanentes e grupos de tarefas. O PCC é um empreendimento de catalogação cooperativo em que os membros contribuem com registros bibliográficos e dados relacionados sob um conjunto comum de padrões e convenções usando os utilitários bibliográficos.

Alguns elementos do RDA são transcrição a partir da fonte em mãos, enquanto outros são registros. A transcrição coloca o “princípio da representação” em prática. Com possíveis exceções, como letras maiúsculas e pontuação (que seguem geralmente as normas de estilo do idioma da agência catalogadora), os elementos transcritos correspondem exatamente à peça em mãos. Título, indicação de edição, lugar de publicação e nome do publicador, são exemplos de elementos transcritos em RDA.

Em comparação ao AACR2R, as instruções do RDA indicam aos catalogadores um uso menor de abreviações nos registros bibliográficos conforme apresentado no Quadro 01. A RDA também elimina as abreviações em latim usadas no AACR2 como [S.l.] (sine loco) e [s.n.] (sine nomine) para um lugar e nome do publicador desconhecidos. Como os usuários podem não estar familiarizados com essas abreviaturas, o RDA prefere frases não abreviadas na língua da agência catalogadora tais como Local de publicação não identificado (MERING, 2014, p. 43, tradução nossa).

QUADRO 1. Abreviaturas: exemplos de diferenças entre AACR2 e RDA

AACR2	RDA
xvi, 323 p.	xvi, 323 páginas
[93] p.	93 páginas não numeradas
ca. 500 p.	cerca de 500 páginas
3 v. (1457 p.)	3 volumes (1457 páginas)
45, [40] f.	45 folhas, 40 folhas não numeradas
257 [i.e. 257] p.	257, ou seja, 257 páginas
180 p., 30 v. folhas de lâminas [série incompleta]	180 páginas, 30 volumes de folhas de lâminas [série incompleta]

FONTE: Modesto, 2010

Dentre outras mudanças ocorridas da RDA comparada a AACR2R está na terminologia utilizada. O Quadro 02 apresenta diferenças na terminologia utilizada no AACR2R e o vocabulário utilizado no RDA segundo Mering (p. 44).

QUADRO 2. Equivalência entre a terminologia do AACR2 para RDA

AACR2	RDA
Documento	Recurso
Autor, compositor, etc...	Criador
Autor secundário	Contribuidor
Número normalizado	Identificador
Áreas	Elementos
Título	Ponto de acesso autorizado
Entrada Principal	Ponto de acesso autorizado de criador + título preferido
Ver Referência	Ponto de acesso variante
Ver também Referência	Ponto de acesso autorizado
Entrada secundária	Ponto de acesso
Descrição física	Descrição de suporte
Designação geral de Material (DGM)	Tipo de conteúdo, Tipo de mídia, Tipo de suporte
Fonte Principal	Fontes preferidas
Título uniforme	Título principal (+ outras informações para referências), Título coletivo padronizado

FONTE: Adaptado de Mering, 2014, p. 44. “Tradução nossa”

A Regra de Três do AACR2R, que limita o número de nomes não se aplica mais. Mas talvez um catalogador ou uma agência da catalogação local não queira transcrever todos os 14 nomes. A RDA traz uma opção para abreviar a indicação de responsabilidade, desde que o registro bibliográfico mantenha toda “informação obrigatória” e inclua pelo menos o primeiro nome citado da entidade, como mostra o Quadro 03.

Outra mudança decorrente da RDA está na ampliação da indicação de publicação para poder dar uma informação mais consistente e completa para identificar um recurso. O campo 260 do MARC 21 é substituído pelo campo 264, no qual o segundo indicador serve para especificar os diferentes agentes que podem intervir na materialização de um recurso e na visibilidade de sua publicação.

QUADRO 3. Comparação da indicação de responsabilidade no AACR2 e no RDA

Indicação de responsabilidade (MARC campo 245, subcampo \$c)	
Na página de rosto do livro:	Reuven Feuerstein, Louis H. Falik, Refael S. Feuerstein, & Krisztina Bohacs <i>Prefácio de Yvette Jackson</i>
AACR2	Reuven Feuerstein ... [et al.] ; prefácio de Yvette Jackson.
RDA	Reuven Feuerstein, Louis H. Falik, Refael S. Feuerstein, & Krisztina Bohacs ; prefácio de Yvette Jackson. OU Reuven Feuerstein, Louis H. Falik, Refael S. Feuerstein, & Krisztina Bohacs. OU Reuven Feuerstein [e outros três].

FONTE: Adaptado de Mering, 2014, p. 46. "Tradução nossa"

QUADRO 4. Função do campo 264

Campo 264 do MARC 21	
Segundo indicador	Função da entidade
0	Produção
1	Publicação
2	Distribuição
3	Fabricação
4	Data de Copyright

FONTE: Adaptado de Mering, 2014, p. 45. "Tradução nossa"

Os designadores de relacionamento que aparecem no apêndice I, J, K, L e M, da norma RDA, nos explicam as conexões entre as entidades do Grupo 1 (obra, expressão, manifestação e item), as entidades do Grupo 2 (pessoa, família e entidade coletiva) e as entidades do Grupo 3 (conceitos, objetos, eventos e lugares). Os relacionamentos entre as entidades do grupo 1 e 2 são registradas nos pontos de acesso 1XX e 7XX, através do uso dos designadores de função que no MARC 21 é registrado após os códigos de subcampo: |e, e |j para congressos.

QUADRO 5. Exemplos de designadores de relacionamento

RDA	RDA em MARC21
Cela, Camilo José, 1916-2002, autor.	100 1# \$a Cela, Camilo José, \$d 1867-1941, \$e autor.
Adams, Ansel, 1902-1984, fotógrafo.	100 1# \$a Adams, Ansel, \$d 1902-1984, \$e fotógrafo.
Sperry Symposium, (43rd: 2014: Brigham Young University), autor.	111 2# \$a Sperry Symposium, \$n(43rd: \$d 2014: \$c Brigham Young University, \$j autor
Disney, Walt, 1901-1966, animador	700 1# \$a Disney, Walt, \$d 1901-1966, \$e animador.
Tedeschi, Anne, translator. Walczak, Jim, impressor	700 1# \$a Tedeschi, Anne, \$e tradutor. 700 1# \$a Walczak, Jim, \$e impressor.
Morgan, Glen, 1961-, roteirista, produtor cinematográfico	700 1# \$a Morgan, Glen, \$e impressor, \$e produtor cinematográfico.
Nebraska Educational Television Network, locutor de rádio.	710 2# \$a Nebraska Educational Television Network, \$e locutor de rádio.
TVA Filmes, distribuídos	710 2# \$a TVA Filmes, \$e distribuidor.

FONTE: Adaptado de Mering, 2014, p. 47. "Tradução nossa"

Outra mudança significativa advinda da RDA é a substituição da Designação Geral de Material (DGM), que era inserido após o título principal, conforme a regra da AACR2R, e antes registrada no subcampo \$h do campo 245 do formato MARC 21, pelos campos, 336, 337 e 338, sugerindo uma descrição física mais detalhada da obra.

QUADRO 6. Tipo de conteúdo, tipo de mídia e tipos de suporte para formatos comuns

Formato	Tipo de Conteúdo (Campo 336 do MARC)	Tipo de Mídia (Campo 337 do MARC)	Tipo de Suporte (Campo 338 do MARC)	RDA em MARC
Livro impresso	Texto	não midiático	volume	336 __\$a texto \$2 rdacontent 337 __\$a não midiático \$2 rdamedia 338 __\$a volume \$2 rdacarrier
eBook	Texto	computador	recurso online	336 __\$a texto \$2 rdacontent 337 __\$a computador \$2 rdamedia 338 __\$a recurso online \$2 rdacarrier
Audiobook em CD	palavra falada	áudio	disco de áudio	336 __\$a palavra falada \$2 rdacontent 337 __\$a áudio \$2 rdamedia 338 __\$a recurso online \$2 rdacarrier
Arquivo recarregável audiobook	palavra falada	computador	recurso online	336 __\$a palavra falada \$2 rdacontent 337 __\$a computador \$2 rdamedia 338 __\$a áudio disc \$2 rdacarrier
CD-ROM	programa de computador	computador	disco de computador	336 __\$a programa de computador \$2 rdacontent 337 __\$a computador \$2 rdamedia 338 __\$a disco de computador \$2 rdacarrier
CD de Música	performance musical	áudio	disco de áudio	336 __\$a performance musical \$2 rdacontent 337 __\$a áudio \$2 rdamedia 338 __\$a disco de áudio \$2 rdacarrier
DVD	imagem em movimento bidimensional	vídeo	disco de vídeo	336 __\$a imagem em movimento bidimensional \$2 rdacontent 337 __\$a vídeo \$2 rdamedia 338 __\$a disco de vídeo \$2 rdacarrier
Arquivo Para download-vídeo	imagem em movimento bidimensional	computador	recurso online	336 __\$a imagem em movimento bidimensional \$2 rdacontent 337 __\$a computador \$2 rdamedia 338 __\$a recurso online \$2 rdacarrier

FONTE: Adaptado de Mering, 2014, p. 49. "Tradução nossa"

3 Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como aplicada, o paradigma de investigação que se baseia a abordagem científica desta pesquisa é o processo de descoberta indutiva, onde o avanço dos detalhes da investigação parte de fragmentos para uma visão conectada da situação, sendo os objetivos propostos, este estudo configura-se como sendo exploratório e descritivo, apresenta aspectos de métodos mistos, os quais são uma abordagem da investigação que combina ou associa as formas qualitativas e quantitativas.

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica que consistiu em conhecer de forma mais aprofundada o tema em estudo. Para tal se fez necessária uma busca em fontes de informações e em bases de dados e em outras, tais como: livros, artigos científicos, teses e dissertações, que tratam do tema. Foram pesquisadas em bases nacionais da

área de ciência da informação: na Base de Referências de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); Base Peri; Base Scielo; com alguns resultados pertinentes a norma RDA.

O estudo utilizou, também, como instrumento para coleta de dados a entrevista semiestruturada, formuladas de acordo com a escala Likert de pontuação, baseada numa lista de questões com perguntas fechadas e abertas (comentários). O bloco temático, e suas respectivas questões, foram construídos de acordo com a fundamentação teórica da pesquisa conforme o Quadro 07.

Os dados coletados no questionário foram analisados utilizando a abordagem de análise de conteúdo, que essencialmente trata de fazer inferências sobre os dados (geralmente o texto) identificando de forma sistemática e objetiva características específicas (classes ou categorias entre elas).

QUADRO 7. Bloco temático com suas respectivas fundações teóricas

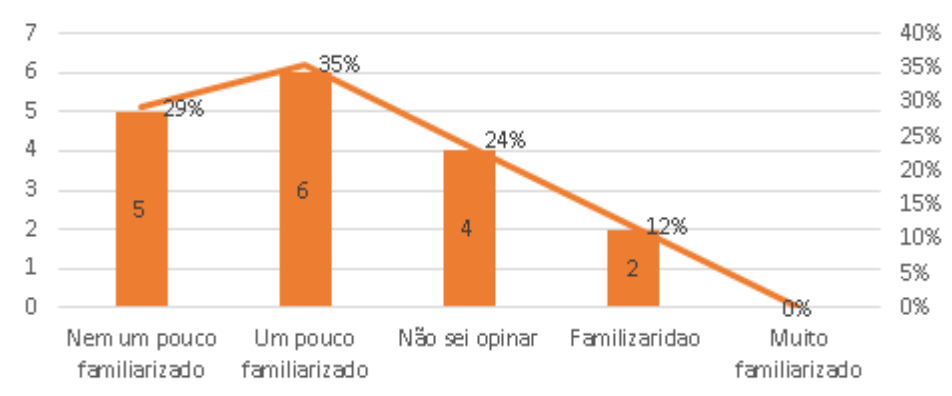
Bloco temático	Questões	Fundamentação Teórica
Tópicos de mudança da RDA	Conjunto de elementos essenciais da RDA.	Cavalcanti, 2013, p. 60; Mering, 2014, p. 41; Oliver, 2011, p.74
	Transcrição RDA versus registro AACR2R	Mering, 2014, p. 42; Oliver, 2011, p.76 Assumpção e Santos, 2009, p. 03
	Abreviações e terminologias latinas na AACR2R e na RDA.	Mering, 2014, p. 43; Modesto, 2010; Oliver, 2011, p.77; El-Sherbini, 2013, p. 20;
	Regras de três da AACR2R para a RDA.	Mering, 2014, p. 45; Oliver, 2011, p. 81
	Substituição do campo 260 do MARC 21 para o campo 264..	Mering, 2014; Oliver, 2011
	Designadores de relacionamento	Mering, 2014, p. 46; Oliver, 2011, p. 82
	A DGM e os três elementos do RDA: conteúdo, mídia e tipos de suporte.	Mering, 2014, p. 47; Oliver, 2011, p. 60; El-Sherbini, 2013, p. 79

FONTE: Elaborado pelo autor, 2020

4 Resultados

Pretende-se entender através das respostas propostas de acordo com a escala Likert, que mede o grau de conhecimento ou conformidade dos entrevistados, conforme o enunciado sugerido nos gráficos à familiaridade dos catalogadores sobre a temática de tópicos de mudanças decorrentes da norma RDA.

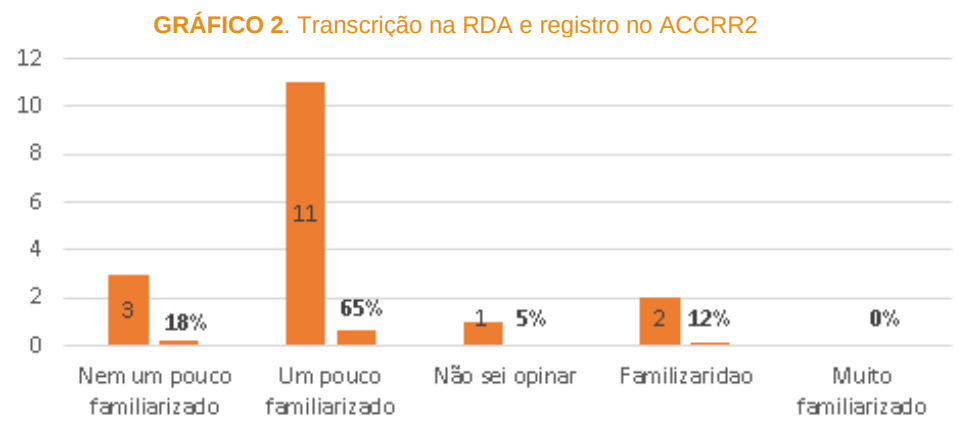
GRÁFICO 1. Elementos essenciais da RDA



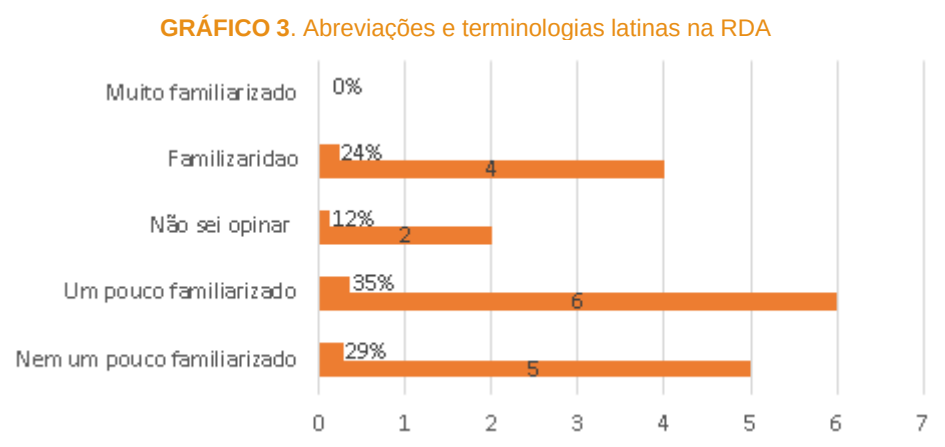
FONTE: Lista de questões, 2020

De acordo com o Gráfico 1, parte dos catalogadores, 35% (06 catalogadores) estão um pouco familiarizados com o enunciado de elementos essenciais da RDA, enquanto 29% (05 catalogadores) declaram nem um pouco familiarizado com o enunciado proposto, os 24% (04 catalogadores) não souberam opinar e 12% (02 catalogadores) informam que estão familiarizados.

Conforme identificado no Gráfico 2, parte dos catalogadores declaram-se um pouco familiarizado com a transcrição da RDA versus o registro AACR2R, ou seja, 65% (11 catalogadores), enquanto 18% (03 catalogadores) afirmam que estão nem um pouco familiarizado, todavia, 12% (02 catalogadores) estão familiarizados e apenas 5% (1 catalogador) não soube opinar a respeito.



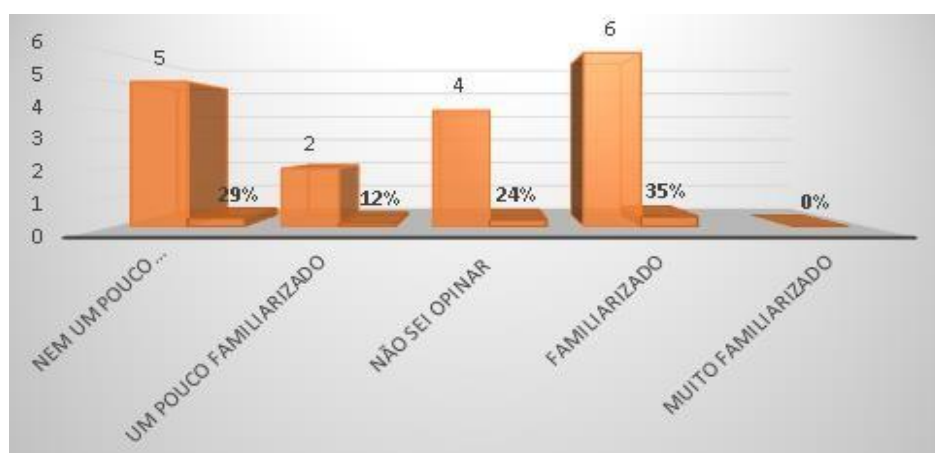
FONTE: Lista de questões, 2020



FONTE: Lista de questões, 2020

Segundo o Gráfico 3, parte dos catalogadores, 35% (06 catalogadores) informam que estão *um pouco familiarizados* com as mudanças decorrentes nas abreviações e terminologias latinas de acordo com a RDA, 29% (05 catalogadores) afirmam que estão *nem um pouco familiarizado*, 24% (04 catalogadores) declaram-se *familiarizados* e 12% (02 catalogadores) *não souberam opinar* acerca das mudanças terminológicas e latinas.

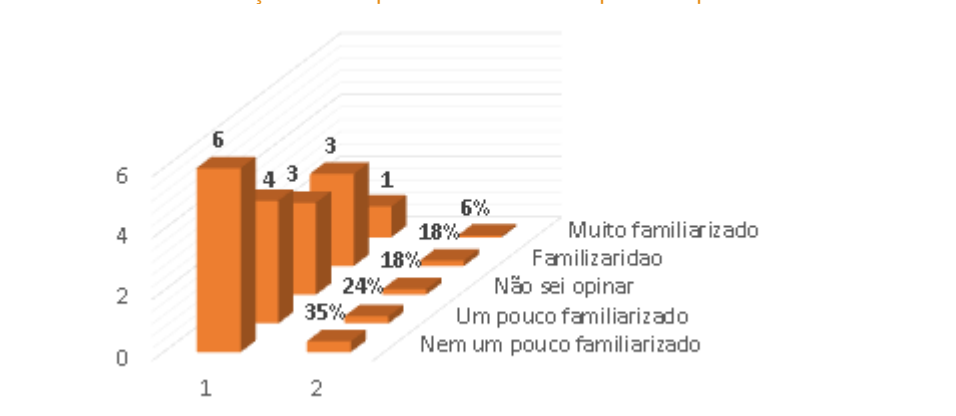
GRÁFICO 4. Regras de três na RDA



FONTE: Lista de questões, 2020

Como apresentado no Gráfico 4, 35% (06 catalogadores) afirmaram estar *familiarizados* com a regra de três na RDA, 29% (05 catalogadores) declaram-se *nem um pouco familiarizado* sobre, 24% (04 catalogadores) informam que *não sabem opinar* e 12% (02 catalogadores) dizem estar *um pouco familiarizado*.

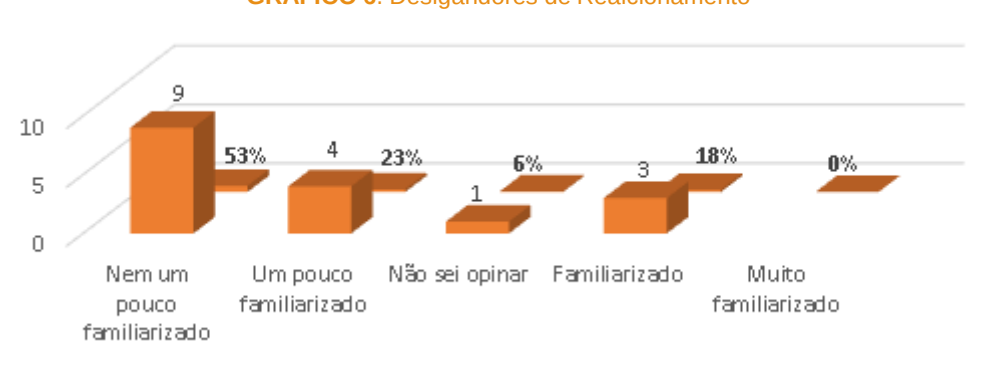
GRÁFICO 5. Substituição do campo 260 do MARC 21 pelo campo 264 de acordo com a RDA



FONTE: Lista de questões, 2020

De acordo com o Gráfico 5, parte dos catalogadores, 35% (06 catalogadores) afirmam estar *nem um pouco familiarizado* com a substituição do campo MARC 21, 260 para o campo 264 de acordo da RDA, enquanto 24% (04 catalogadores) estão *um pouco familiarizados* sobre, 18% (03 catalogadores) informam que *souberam opinar*, e igualmente, 18% (03 catalogadores) declaram que estão *familiarizados* com e apenas 6% (01 catalogador) diz estar *muito familiarizado* com essa substituição.

GRÁFICO 6. Designadores de Realcionamento



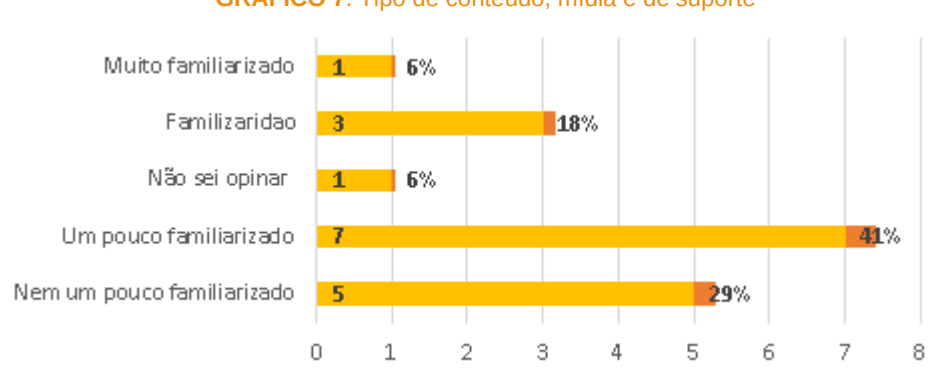
FONTE: Lista de questões, 2020

Conforme identificado no Gráfico 6 a maior parte dos catalogadores declaram-se *nem um pouco familiarizado* com os designadores de relacionamento, ou seja, 53% (09 catalogadores), enquanto 24% (04 catalogadores) afirmam que estão *um pouco familiarizados*, e os outros 18% (03 catalogadores) consideram-se *familiarizados* sobre, todavia, 06% (01 catalogador) declarou que *não sabe opinar* a respeito.

Segundo o Gráfico 14 partes dos catalogadores 41% (07 catalogadores) informam que estão *um pouco familiarizados* com as mudanças decorrentes da substituição da DGM pelos três elementos da RDA, tipo de conteúdo, de mídia e de suporte, 29% (05 catalogadores) declaram *nem um pouco familiarizado*, 18% (03 catalogadores) afirmam que estão *familiarizados*, e tanto, 6% (01 catalogador) não soube opinar sobre, e apenas 6% (01 catalogador) está *muito familiarizado* com esta mudança.

Nessa mudança de “Substituição da DGM pelos elementos tipos de conteúdo, mídia e suporte”, os catalogadores percebem-se “*um pouco familiarizados*”, dessa forma os motivos que levaram a esse resultado são a melhor especificação e visualização de entidades, a abrangência dos recursos eletrônicos, as pesquisas feitas no catálogo da Library of Congress, descrição de informações mais detalhadas de materiais e a dificuldade de trabalhar materiais como CD's e DVD's no AACR2R.

GRÁFICO 7. Tipo de conteúdo, mídia e de suporte



FONTE: Lista de questões, 2020

A partir do análise de conteúdo de categorias e subcategorias sobre a percepção das mudanças da RDA, e conforme os principais resultados observados sobre as percepções dos catalogadores, o Quadro 07 indica, uma visão geral das principais percepções de maior familiaridade (pontos fortes) e as de menor familiaridade (pontos fracos) levantados conforme a análise dos comentários atribuídos pelos catalogadores para o “Bloco temático” de tópicos de mudança da RDA.

QUADRO 8. Bloco temático com suas respectivas fundações teóricas

Tópicos	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Conjunto de elementos essenciais da RDA	Desconhecem os elementos essenciais; Algum tipo de impressão em fontes de informação	Falta de conceitos relacionados aos elementos essenciais; Falta de exemplos de elementos essenciais;
Transcrição RDA versus registro AACR2R	Entendem essa transcrição no AACR2; Desconhecem essa transcrição no RDA	Pouco entendimento sobre o princípio de representação; Pouco entendimento sobre elementos transcritos;
Abreviações e terminologias latinas no AACR2R e na RDA	Entendem que haverá mudanças nas abreviaturas e terminologias para a RDA; Entendem que não se utiliza mais abreviaturas na RDA; Entendem que não há mais a utilização de termos em latim na RDA; Entendem bem as abreviaturas no AACR2R	Pouco entendimento que a RDA propõe um uso menor de abreviaturas; Pouco entendimento que a eliminação de abreviaturas facilitará muito a compreensão do usuário; Desconhecem essas mudanças
Regras de três par autores da AACR2 para a RDA	Entendem as mudanças da regra de três na RDA; Entendem que haverá a eliminação da regra de três na RDA; Entendem a descrição da regra de três no AACR2;	Pouco entendimento que a RDA veio para melhor o descobrimento de recursos; Desconhecem essa mudança
Substituição do campo 260 do MARC 21 pelo o campo 264 segundo da RDA	Desconhecem essa substituição;	Pouco entendimento sobre a diferenciação de elementos neste campo; Pouco percepção dessa substituição através das importação de registros
Designadores de relacionamento	Desconhecem esses designadores	Pouco entendimento sobre a importância das relações; Pouco entendimento da ênfase nas relações;
Substituição da DGM pelos três elementos da RDA: tipo de conteúdo, mídia e suporte	Entendem essa substituição relacionada aos novos elementos; Entendem essa descrição de conteúdo e recursos; Entendem essa mudança relacionada a DGM; Entendem essa mudança em consequência da predefinição da descrição de materiais na DGM	Pouco entendimento dessa substituição através da importação de registros; Pouco entendimento sobre a limitação categórica da DGM; Desconhecem substituição

FONTE: Elaborado pelo autor, 2020

5 Conclusões

Os impactos das novas tecnologias de informação e comunicação trouxeram alterações decorrentes para produção de novas publicações, novas formas de conteúdo, de suporte, de formatos e também ao acesso da informação pelo meio virtual. Em consequência as atividades de catalogação nas bibliotecas também tiveram que se adequar para poder dar conta da descrição desses novos documentos que surgiam, e como isso o catalogador que está na linha de frente dessas mudanças tem que se reencontrar na sua atividade e procurar meios através dos quais possa se renovar e entender as mudanças decorrente desse novo contexto. Nunc a purus vitae augue eleifend viverra.

Há uma menor familiaridade com os tópicos de mudanças da RDA, com 65% do total dos resultados quantitativos de todos os enunciados calculados, na fala dos catalogadores existe uma menor percepção sobre os elementos essenciais, substituição do campo 260 pelo 264 e designadores de relacionamento, e em contrapartida uma maior percepção sobre a eliminação de abreviaturas, da regra de três e da substituição da DGM, obtiveram maior familiaridade.

É importante ressaltar que os resultados desse estudo contribuem para o entendimento da temática RDA e para a sua implementação, que abrange o conhecimento acerca da estrutura da RDA e de suas principais características, os modelos que a conceituam, sua descrição votada para o ambiente digital, bem como para outras comunidades de metadados e trazem para os catalogadores uma compreensão melhor de como a RDA auxiliará no melhoramento da descrição de dados para busca dos usuários.

O conhecimento das regras e as mudanças propostas por elas, além de apontarem para a necessidade de aprendizagem e estudo continuado da norma, e pela demonstração prática do seu funcionamento, também apontam para as práticas de treinamentos que reafirmem a conscientização para conhecimento da norma RDA, além disso, atualmente, o Projeto RDA 3R, que promove o a reestruturação e o redesenho do RDA Toolkit, bem como da norma RDA, para melhorar o alinhamento nas mudanças das práticas de catalogação, propõe o estudo e examine do conteúdo nova estrutura e organização da a norma RDA, bem como, a familiaridade do catalogador com o Library Reference Model (LRM) proposto pela IFLA.

O estudo também permitiu conhecer de perto os receios, anseios, angústias dos catalogadores perante um assunto que está tão em pauta internacionalmente, e que gera tantas dúvidas e meche tanto com o imaginário dos catalogadores e nas possibilidades que essas mudanças trarão efetivamente em suas ações práticas. Alguns colocam a RDA como a salva guarda para o melhoramento da descrição de determinados recursos, outros acreditam que ela não é tão especial assim, já outros já falam que ele é uma utopia, que vai demorar em ser implementada na UFMG, enquanto outros só acreditaram na RDA quando ela for realmente implementada na UFMG.

Referências

ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. da C. Resource Description and Access (RDA): objetivos, características e desenvolvimento do novo padrão para descrição de recursos e acesso. 2009. <http://docs.fabricioassumpcao.com/2009-assumpcao-santos-resource-description-and-access.pdf>

BARBOSA, Alice Príncipe. Novos rumos da catalogação. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.

CAVALCANTI, Larissa Andrade Batista. Recursos: Descrição e Acesso (RDA): UMA ANÁLISE DOS ELEMENTOS CENTRAIS, 2013. 106 f. Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília (UNB), 2013. http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7289/1/2013_LarissaAndradeBatistaCavalcanti.pdf .

EL-SHERBINI, Magda. RDA: strategies for implementation. Chicago: ALA Editions, 2013.

FIUZA, M. M. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, v. 16, n. 1, 1987. <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/87034>

MERING, Margaret. The RDA workbook: learning the basic of Resource Description and Access. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2014.

MODESTO, Fernando. A cara da biblioteca na próxima geração do OPAC. Nov. 2010. http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=564 .

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. Catalogação no plural. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

MEY, Eliane Serrão Alves. Introdução a catalogação. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995

OLIVER, Chris. Introdução à RDA: um guia básico. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

Dados dos autores

Paulo Marcelo Carvalho Holanda

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento - PPG-GOC na Escola de Ciência da Informação da UFMG em 2021. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento - PPG-GOC na Escola de Ciência da Informação da UFMG em 2020. Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2012. Possui Pós-graduação, Lato Sensu, especialização em Gestão de Bibliotecas Públicas pela AVM Faculdade Integrada (AVM) em 06/2015.

pholanda515@gmail.com

Cíntia de Azevedo Lourenço

Bacharel em Biblioteconomia pela PUC de Campinas e concluiu o mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas em 1998 e o doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2005. Atualmente é Professora Associada na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora participante dos Grupos de Pesquisa: MHTX e RECRI. Atua na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, na área de Organização da Informação - Catalogação, Classificação do conhecimento e organização da informação na web.

Cintia.eci.ufmg@gmail.com

Received-Recibido-Recibido: 2021-03-03

Accepted-Aceptado-Aceitado: 2022-08-28



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 United States License.



This journal is published by the University Library System of the University of Pittsburgh as part of its D-Scribe Digital Publishing Program and is cosponsored by the University of Pittsburgh Press.